



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades
Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

RAÇA, CLASSE E SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

SANDRA REGINA VAZ DA SILVA¹
JOÃO PAULO DA SILVA VALDO²
NELSON COELHO COSTA³
VANESSA AUGUSTO DA SILVA⁴
DAIANE DA SILVA ALFREDO⁵

Resumo: O presente artigo é resultado de debates e reflexões em um grupo de estudos e pesquisa sobre a questão racial e o Serviço Social, em uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro. Busca apresentar a constituição da luta antirracista articulada à luta de classes no Brasil, identificando através da história do movimento negro, os principais elementos que oportunizaram este encontro. Procura também estabelecer reflexões sobre a importância e atualidade da luta antirracista e anticapitalista na contemporaneidade, apontando os desafios atuais para a esquerda e o significado da temática para o Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Racismo; Antirracismo, Classe Social; Serviço Social;

Abstract: The present article is the result of debates and reflections in a group of studies and research on the racial question and the Social Work, in a public university of the state of Rio de Janeiro. It seeks to present the constitution of the anti-racist struggle articulated to the class struggle in Brazil, identifying through the history of the black movement the main elements that made this meeting possible. It also seeks to establish reflections on the importance and timeliness of the antiracist and anticapitalist struggle in contemporary times, pointing out the current challenges to the left and the meaning of the theme for the Brazilian Social Work.

Keywords: Racism; Antirracism, Social Class; Social Work;

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar a constituição da luta antirracista articulada à luta de classes no Brasil, identificando através da história do

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <svds@yahoo.com.br>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

movimento negro, os principais elementos que oportunizaram este encontro. Com o objetivo de estabelecer reflexões sobre a importância e atualidade da luta antirracista e anticapitalista na contemporaneidade, procuraremos esboçar ao final, alguns desafios atuais diante dessa interlocução e o significado da temática para o Serviço Social brasileiro.

A proposta ora apresentada é fruto das reflexões de um grupo de estudos e pesquisa de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro, e tem a questão racial e o Serviço Social como eixo de análise. O grupo surgiu em 2016 com o objetivo de estabelecer diálogos sobre a temática, de modo a contribuir com reflexões sobre as dimensões constitutivas da profissão diante do racismo institucional, da luta antirracista e do projeto ético – político do Serviço Social.

Nesse caminhar, o grupo de estudos e pesquisa vêm contando com a participação de estudantes de graduação, pós-graduação, assistentes sociais e demais interessados em estudar a temática. Desde então, foi possível avançar em análises sobre a questão racial na formação social brasileira, a dinâmica da luta antirracista nos movimentos sociais, dentre eles o movimento negro e as organizações político – partidárias de esquerda, e por fim, no Serviço Social brasileiro em seu período de renovação.

Com o projeto de pesquisa intitulado “A questão racial, a tradição marxista e o Serviço Social brasileiro”⁶, o artigo ora apresentado compreende uma síntese dos estudos iniciais da primeira fase da pesquisa, que embora esteja em curso, buscou por meio do levantamento bibliográfico e documental, conhecer a história do movimento negro e a luta de raça e classe no Brasil.

Norteados por diferentes autores da tradição marxista como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Ângela Davis, esse estudo procurou compreender a luta antirracista no Brasil, situando o negro como protagonista e sujeito da história, um viés pouco explorado pela historiografia oficial de nosso

⁶ Esse projeto tem por objetivo estudar a questão racial na tradição marxista, de forma a apreender a luta de raça e classe no Brasil e sua relação com o serviço social brasileiro. A previsão de seu encerramento é no segundo semestre do ano de 2019.

país, embora cada vez mais consolidado pela intelectualidade negra brasileira e alguns setores das ciências sociais e áreas afins.

Assim, procuramos desenvolver nossas reflexões à partir da formação social brasileira, e os principais determinantes que gerou a opressão e superexploração à população negra escravizada, ao passo da sua recusa e resistência quanto à essa condição, um fato elementar que contribuiu no esgotamento do modo de produção escravista e início de uma luta no bojo do capitalismo dependente que no ano de 2018 completa 130 anos desde a abolição (MOURA, 1988).

Compreendendo a ideia de raça como uma interpretação historicamente construída, o movimento negro organizado caracteriza-se como um movimento social que particulariza a questão racial como centralidade da sua ação política (PEREIRA, 2013). Por entender essa centralidade e a identidade negra como o elemento combativo às desigualdades estruturais e às propagandas oficiais da democracia racial, a luta antirracista compreende a perspectiva racializada que as relações sociais historicamente expressam.

O movimento negro, portanto, compreende que “raça é fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES *apud* PEREIRA, 2013, p. 84). Enquanto o racismo científico aborda o conceito de raça numa perspectiva biológica ⁷, o movimento negro contemporâneo dá outro significado com finalidade política.

A utilização do termo “movimento negro” no singular não retira as divergências colocadas ao modo de organizar a sua especificidade. A

⁷ De acordo com Moura (1994), o racismo científico é expressão das sociedades modernas e serviu para justificar a dominação através da confluência entre as doutrinas biológicas de seleção natural e sobrevivência do mais apto, com o desenvolvimento do capitalismo, que buscava a expansão dos territórios para dominação. Assim, a população negra era apontada como inferior através de explicações científicas que se utilizava da antropometria, para realização de pesquisas históricas, medição de crânios e esqueletos para explicar o indivíduo. Uma experiência que antecedeu o darwinismo social, mas ganhou força com essa escola através da teoria da evolução das espécies no século XIX. No Brasil, os povos indígenas e africanos eram compreendidos como sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória dada a sua incapacidade inata de civilização. Uma ideologia que se rearranjou em nossa realidade, deixando marcas na estrutura e na vida social. (MOURA, 1988).

compreensão deste movimento deve apreender a sua complexidade para alcançar o conjunto de entidades, “organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja por meio de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social” (PEREIRA, 2013, p. 40).

Embora diversificada na sua forma de organização e resistência, foi no final da década de 1970 que a luta antirracista passou a dialogar mais intimamente com a luta anticapitalista e/ou vice-versa, e então adquiriu novos rumos e perspectivas, trazendo uma contribuição especial às organizações políticas de esquerda no Brasil.

Apesar de significativa, é importante dizer que essa história revela o atraso, divergência, tensionamentos e desafios, no que se refere a relação da luta antirracista contemporânea e as organizações políticas de esquerda, que começaram a incorporar com maior vigor a pauta racial em seus documentos e resoluções à partir deste período.

O protagonismo da militância negra no campo da esquerda político – partidária foi fundamental para essa incorporação e o fortalecimento da luta antirracista em âmbito nacional. Contudo, há inúmeras indagações acerca das táticas e estratégias presentes no interior das suas organizações, no que tange a articulação entre raça e classe. Algumas problematizações fazem parte deste contexto: A centralidade na luta de classes consegue estabelecer enfrentamento às opressões, e dentre elas, a racial? A luta antirracista fragmenta a luta de classes? O que é prioridade, raça ou classe?

Dada a diversidade de táticas e estratégias no campo progressista de esquerda, os novos movimentos sociais – e dentre eles os chamados movimentos identitários – é a pedra de toque no interior das lutas de âmbito classista e revolucionário. E, compreendendo que a luta anticapitalista perpassa necessariamente a luta antirracista, temos observado que apesar do amadurecimento adquirido nas últimas décadas, esse diálogo ainda é polêmico e está em construção. Como temos visto, houve um avanço teórico e político sobre

a temática, e, apesar da diversidade e complexidade da luta antirracista, há setores que vêm fortalecendo a luta por uma sociedade livre de exploração e opressão. Portanto, esta luta não pode ser meramente reduzida e generalizada ao campo das identidades.

Partindo dessa compreensão, identificamos uma convergência entre o Serviço Social e o debate de raça e classe no Brasil. Embora nossa profissão tenha documentos e acúmulo ético-políticos que dão subsídios para o combate ao racismo, preconceito e discriminação⁸, como podemos observar através das produções que indagam a visibilidade da temática e sua apropriação na formação e no exercício profissional, podemos considerar que no Serviço Social o debate racial foi sendo desenvolvido timidamente, e por muito tempo houve uma lacuna, como nos mostra os estudos sobre a relação do Serviço Social com a questão racial em Pinto (2003), Ribeiro (2004) e Ferreira (2010), e no âmbito da formação profissional com Rocha (2014) e Martins (2015). Tais pesquisas apontam que houve um processo de consistência gradual, adquirido na medida em que a temática vai sendo incorporada como disciplina obrigatória, através das Diretrizes Curriculares da ABEPSS no ano de 1996.

Indagamos se os tensionamentos estabelecidos no diálogo entre raça e classe, sobretudo nas organizações de esquerda, como apontamos acima, teria influenciado o processo de apropriação gradual da temática no Serviço Social.

Afirmar a atualidade da luta antirracista articulada a luta de classes no Brasil é uma tarefa necessária para o enfrentamento do avanço conservador e reacionário que vêm criminalizando e vitimizando de maneira assoberbada a população pobre, preta e periférica. Logo, o avanço desse debate nos setores progressistas de esquerda, como possibilidade de uma luta efetiva que vislumbre

⁸ O conjunto CFESS/CRESS lançou em 2016 a série: “Assistentes Sociais no combate ao preconceito”, e dentre as temáticas, foi lançado um exemplar sobre racismo. Além dessa produção, as edições nº 27 e 28 da revista *Temporáris* de 2014, revista vinculada à ABEPSS, tematizou sobre: “Serviço Social: relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades”. Rocha (2014) faz um interessante mapeamento sobre a incorporação da temática na agenda política do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, assim como nas principais revistas que circulam no Serviço Social.

a superação da sociedade que oprime, explora e está fadada pelas relações de gênero, raça/etnia e classe social é o horizonte primordial. Como destaca Florestan Fernandes (2017), o significado da luta socialista, perpassa necessariamente pelo reconhecimento do negro e sua luta como vanguarda.

O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior. [...] Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista. Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por “um Brasil melhor” ou por “uma sociedade justa” (FERNANDES, 2017, pag.42).

Por fim, ressaltamos que não existe capitalismo sem racismo, assim como não há possibilidades de alcançar o socialismo sem antes combater o racismo e a desconstrução do mito da democracia racial. Considerando que a classe trabalhadora tem gênero, raça/etnia e local de moradia, o negro deve ser participe no processo revolucionário e suas pautas centrais na luta de classes.

2 – Significado da Luta Antirracista: O Negro como Protagonista e Sujeito da História

Após 130 anos do fim do escravismo, os negros ainda não são reconhecidos como protagonistas da luta abolicionista no Brasil. Isso acontece porque, durante anos, o que foi ensinado nas escolas era a aceitação dos escravizados diante da sua realidade. Como afirma Clóvis Moura (1988, pg.218) “parece-nos que há, de fato, um atraso muito grande na análise e interpretação do sistema escravista no Brasil.”

Como nos ensina Moura (1988), podemos afirmar que onde havia escravismo, existia insurgência dos escravizados. Isso desfaz o mito que houve uma passividade dos seres humanos escravizados, sendo essa uma forma romantizada da história e difundida por autores como Gilberto Freyre, que retirou do negro o protagonismo de sua luta e o colocou como mero espectador passivo de sua própria história.

Os quilombos formam o maior exemplo de rebelião negra contra o escravismo, e além da capacidade de luta, resistência e organização política e econômica dos quilombolas, tempos depois também aconteceram revoltas urbanas que visava a liberdade dos escravizados. Dentre essas revoltas, a mais significativa talvez tenha sido a Revolta dos Malês.

Como consequência a essas lutas pela liberdade, houveram mecanismos de barragens por parte do Estado, como a legislação repressiva utilizada para conter a insubordinação e a manutenção dos interesses e privilégios da classe senhorial, num período em que MOURA (1988) classifica como escravismo pleno. Esse período foi marcado pela fase de consolidação do escravismo no Brasil através da superexploração da mão de obra escravizada para produção e exportação de matérias – primas à Europa, no bojo do capitalismo concorrencial.

Esse processo só se modificou, com a extinção do tráfico negreiro (1850), embora a permanência do comércio ilegal tenha perdurado por anos, e com o consentimento do Estado.

Moura (1988) afirma que a fase do escravismo pleno foi marcada por inúmeras revoltas e insurgências que geraram desdobramentos políticos, prejuízos econômicos e desestabilização psicológica, ocasionados pela síndrome do medo que se dilacerou à época.

A luta do povo negro não findou com o fim do regime escravista, na verdade o que houve foi a intensificação dessa luta na fase do escravismo tardio, quando há o encontro entre o trabalho livre e o trabalho escravizado, e a articulação da luta antirracista às lutas urbanas. Um período que pode ser considerado embrionário no que consideramos como luta de classes.

Foi também no respectivo período, de manutenção do escravismo com o processo de modernização capitalista, que outros mecanismos de barragens (MOURA, 1988) ganharam força como: a política de imigração, incentivada financeiramente pelo estado como possibilidade de modernização e branqueamento da sociedade brasileira; a divisão racial do trabalho submetida a divisão social e técnica do trabalho; o escamoteamento da identidade étnico-racial da população negra através da miscigenação forçada, que tinha como perspectiva

romper com o “atraso” biológico e social do negro, trazendo para a cena a figura do “mulato”, como a junção das “três raças” e representação de povo e/ou nação brasileira.

A luta então passa a ser pela sobrevivência, visto que com o fim do escravismo não houve nenhuma alternativa que garantisse o acesso à direitos sociais, pois nem mesmo as relações raciais foram de fato democratizadas.

O pensamento social da época via o negro como ser inferior, um elemento ideologicamente preservado para a manutenção da sua opressão e exploração. Desse modo, não teve outro caminho a não ser lutar contra o racismo, que não acabou com o fim do escravismo e nem mesmo com a abolição e incorporação do trabalho livre.

Assim, culpabilizado por sua condição marginalizada, é legítima a afirmação de Fernandes (2007) que aponta a luta da população negra “contra privilégios que os mantiveram afastados, em detrimento de segurança e de nosso progresso, dos direitos fundamentais do homem e nossa ordem social. (FERNANDES, 2007, p.57).

No século XX existiram algumas formas de luta da população negra, que tinha por objetivo denunciar o racismo e o mito da democracia racial, e reivindicar sua ascensão na sociedade de classes, dado imobilismo social criado historicamente. Dentre as lutas e as formas de organizações, podemos destacar a imprensa negra, as associações e clubes culturais, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU). Esses três últimos são considerados expoentes da luta antirracista, e apontados por Pereira (2013) como marco divisor das três importantes fases do movimento negro brasileiro.

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931 e segundo Pereira (2013, pg. 112-113), sua criação aconteceu como “uma resposta dada ao mito da democracia racial”. Considerando o ano de sua origem diante dos 43 anos do fim do escravismo no Brasil, a Frente Negra Brasileira (FNB) pode ser considerada o primeiro movimento negro organizado depois da abolição.

O segundo momento do movimento negro no século XX se caracteriza por diferentes formas de organizações, dentre elas as associações culturais e de pesquisa. Essas buscavam sobretudo denunciar o racismo e o mito da democracia racial, reafirmar a dignidade e a identidade étnico-racial e a busca por igualdade. O Teatro Experimental do Negro – TEN, liderado por Abdias Nascimento se destaca neste período, com destaque para as ações político – culturais de denúncia contra o racismo e reivindicações ainda que nos limites da sociedade burguesa.

Podemos afirmar que a população negra no Brasil sempre reivindicou mudanças diante das suas condições sociais, econômicas e políticas. Por isso, a sua luta esteve centrada na mudança da realidade em que estiveram inseridos, contra o racismo e os mecanismos de barragens e de dominação que resultaram no seu imobilismo social (MOURA, 1988).

A existência de uma suposta democracia racial é o principal determinante da negação e ocultamento dessa realidade, já que na perspectiva ideológica e cultural dessa análise, brancos e negros formam um país multirracial e multicultural que convivem harmoniosamente e formam um único povo, e o racismo, portanto, é inexistente.

3 – Raça e Classe no Brasil: Dilemas em sua Constituição

O debate racial na tradição marxista tem uma história tímida, apesar de seu aparecimento à luz da Revolução Russa. Essa história esteve recheada de polêmicas e tensionamentos teórico-políticos, em especial na articulação entre raça e classe e o que seria prioridade no processo revolucionário (SILVA, 2018). Vemos que os efeitos em torno desse debate são bastante contemporâneos.

No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, apesar de fundado em 1922, reconheceu a questão racial em seus documentos somente na década seguinte, em 1934, e por orientação da Internacional Comunista. Nesse período ocorre o que pode ser considerado a primeira análise marxista da questão racial, feita por

Edson Carneiro no 1º Congresso Afro-brasileiro. Apesar disso o PCB pouco incorporaria a questão racial em seu programa à época.

A inserção lenta e gradual da temática teve como barreira a interpretação teórica do partido sobre a realidade econômica nacional, que partia de uma visão etapista da evolução do capitalismo (Chadarevian *apud* Silva, 2018).

Também é importante mencionar que no período haviam muitas dificuldades em conhecer o pensamento social de Marx, e em escala maior que na Europa, devido ao acesso direto de seus escritos e compreensão. Como Konder (1984, p.34) nos mostra “a discussão sobre as ideias de Marx tinha ficado atrelada, de forma empobrecedora, à discussão sobre a evolução da experiência soviética, sobre a importância universal do Estado soviético”, e como sabemos, essa análise teve desdobramentos políticos em nível mundial.

Somente após a década de 1950, através de pesquisas sobre a realidade brasileira e a formação de grupos de estudos independentes, que passaram a vigorar e se dedicar as obras de Marx, podemos considerar que foram ocorrendo mudanças nesse quadro. Dentre as pesquisas produzidas, a denúncia do mito da democracia racial como elemento mantenedor e místico da desigualdade racial irá contribuir para a inauguração de um importante momento da luta antirracista brasileira, em conjunto com os estudos críticos sobre a formação da sociedade brasileira, marcando um novo momento da luta antirracista.

Assim, é importante compreender que a apreensão tardia da temática é resultado do próprio movimento da esquerda no Brasil, do giro da luta antirracista brasileira e de seu posicionamento anticapitalista. É importante destacar também que essa história esteve acompanhada dos vestígios da crise do marxismo e da ascensão pós-moderna, iniciada nos longos anos de 1960, em meio à crise do capitalismo monopolista e do socialismo real (RODRIGUES, 2016).

Tais vestígios resultaram nos inúmeros dilemas colocados em torno das lutas sociais no mundo, e logo se expandiu em meio a ascensão dos chamados movimentos identitários. Como consequência, novos questionamentos em torno da histórica relação entre raça e classe. Por outro lado, foi através da abertura do diálogo entre raça e classe que foi possível emergir o anticapitalismo no interior da

luta antirracista em setores do movimento negro, e a incorporação do debate racial na esquerda político partidária.

O movimento negro considerado contemporâneo, teve sua origem nos anos de 1970 e contou com o protagonismo de várias organizações políticas – e também - culturais da população negra brasileira, que foi importante no período da ditadura civil-militar.

Segundo Pereira (2013), podemos encontrar diversas características específicas no movimento negro contemporâneo, apesar da sua denúncia histórica contra o mito da democracia racial e a construção de identidades políticos – culturais, fundamentais na articulação das primeiras organizações.

O surgimento do MNU - Movimento Negro Unificado - em 1978 é considerado o principal marco do movimento negro contemporâneo no Brasil (Pereira, 2013). As lutas contra a ditadura civil- militar no Brasil caracterizaram o MNU como um movimento popular e democrático. Outra contribuição importante do MNU foi a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” (PEREIRA, 2013, pg.134.), principal razão da formação das primeiras organizações do movimento negro, dentre eles, o Grupo Palmares fundado em 1971 em Porto Alegre, que tinha como principal pauta o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como proposta de data a ser incorporada no calendário da população negra em substituição ao 13 de maio, dia da abolição da escravatura, considerada uma data romantizada e mitificada na história brasileira.

O contexto histórico, durante a ditadura civil-militar, foi – também- aquele em que se estabeleceu o discurso da transformação social. Para Pereira (2010), não somente a denúncia do “mito da democracia racial”, mas a movimentação e aproximação do movimento negro a grupos de esquerda que se opunham ao regime da época foi fundamental na aposta de uma transformação social. Assim, a perspectiva de raça e classe é uma característica do movimento negro que se inaugura em fins dos anos de 1970, influenciado também pela luta aos direitos civis nos EUA e pela libertação nacional dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa.

A estratégia a partir da década de 1970, foi aliar os movimentos sociais, os partidos políticos de oposição, oficiais e clandestinos, contra o capitalismo e a luta contra o racismo, pois, a avaliação do movimento negro desde Juscelino Kubitschek até o golpe civil-militar de 1964, era de que a sociedade de classe nos marcos do capitalismo negava a mobilidade social do negro, e assim, deveria ser questionada.

Nesse sentido, o surgimento do Núcleo Negro Socialista⁹ estimulou o debate em torno da relação entre ser negro e ser branco, no modo de produção capitalista ou socialista. A elaboração teórica do Núcleo Negro Socialista tinha como centro a não hierarquização das variáveis de raça e classe, mas sim, o escopo construído na relação entre capitalismo e escravidão (Santos,2001).

É importante ressaltar a relação das esquerdas com a questão racial, pois segundo a autora, os conflitos raciais eram vistos pela esquerda, naquele período, de forma secundarizada e até demagógica, embora houvesse a defesa da população negra e a proposta de superação do racismo em algumas fileiras do pensamento marxista (Santos, 2001).

É o caso de Clóvis Moura, importante intelectual negro e militante marxista, que teve contribuição no processo de reorganização do movimento negro, com destaque para a década de 1980, período considerado de maior maturação intelectual das suas obras¹⁰. Além deste autor, as contribuições teóricas e políticas de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa, Jacob Gorender e

⁹ Fundado a partir do núcleo da Liga Operária na Convergência Socialista, uma organização trotskista fundada em 1974, que atuava no movimento estudantil e nas lutas operárias, o Núcleo Negro Socialista foi uma das organizações embrionárias do MNU. Este núcleo teve uma atuação política estratégica. É importante destacar que a Convergência Socialista foi uma das correntes que fundou o Partido dos Trabalhadores na década de 1980 e anos depois o PSTU.

¹⁰ Apesar de destacarmos as suas produções na década de 1980, com as obras “Sociologia do Negro Brasileiro” (1988), “Os Quilombos e a Rebelião Negra” (1981) e “Brasil: as raízes do protesto negro” (1981), em 1959 Clóvis Moura inaugura uma nova perspectiva de análise sobre a questão racial na formação social brasileira, destacando as insurgências negras e o protagonismo negro em nossa história, através da obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas” (1959).

outros significativos nomes, que produziram uma interpretação crítica da formação social brasileira a partir de 1950, e deixaram importantes legados para o cenário contemporâneo e para o avanço teórico – político da temática.

No debate contemporâneo, organizado nos marcos do Partido dos Trabalhadores no ano de 2001, com a contribuição dos militantes Octávio Ianni, Benedita da Silva e Gevanilda Santos na discussão sobre raça, classe e socialismo no interior do partido, Octávio Ianni (2001, pg13.) irá dizer que a questão social é o “fermento mais importante da sociedade brasileira, de uma sociedade de classes para uma sociedade sem classes” e que o negro tem parte fundamental e decisiva desde a gênese da questão social, bem como na eliminação do trabalho escravizado e na luta de classes.

Também é importante ressaltar a contribuição de Benedita da Silva (2001, pg.16) para o debate contemporâneo, pois conforme afirma a autora, as questões de classes sociais estão dialeticamente ligadas às questões raciais, sendo por isso necessário rediscutir a relação capital e trabalho com recorte racial, de modo a priorizar a incorporação da pauta racial na esquerda brasileira, para a construção do socialismo.

A autora também revela seu descontentamento, tendo em vista a discriminação da questão racial na direita e na esquerda. A direita por acreditar, ou se fazer acreditar no mito da democracia racial, e a esquerda, por querer o fim do capitalismo, mas apenas pelo viés classista colocado, ou seja, sem dar muita atenção as relações de exploração e opressão aí interligadas.

Santos (2001) traz a luz a discussão da desvantagem social da população negra, em que a unidade de ação do movimento negro gravitava em torno da denúncia do racismo e da condição da classe trabalhadora negra. A introdução da leitura marxista das categorias de raça e classe deram novo sentido histórico e teórico nessa luta, já que a produção e a reprodução do capitalismo não geram apenas mercadorias, mas, relações de dominação e opressão (Santos, 2001).

Para a autora, é diante desse marco que podemos compreender a relação entre raça e classe, pois o “racismo passa a ser explicado como uma decorrência das relações sociorraciais desiguais e, como tal, se constitui em mais uma

contradição da sociedade capitalista e autoritária a ser superado no processo de democratização da sociedade brasileira” (Santos, 2010, pg.22).

Em termos práticos, e como desdobramento político, as ações afirmativas foram as políticas elaboradas pelo movimento negro no combate ao racismo nos anos seguintes. O marco inicial foi a Marcha Zumbi de 1995, mas a consolidação foi a Conferência de Durban em 2001 – onde se definiu as demandas de políticas públicas de combate ao racismo e a ampliação de direitos para a população negra (Soares, 2012).

Soares (2012) considera que os pressupostos da intensificação da demanda do movimento negro por ações afirmativas e políticas de cota, foi protagonizado na atuação política do movimento negro das décadas de 1970 e 1980. Contudo, a autora também revela que esse debate confrontou as concepções políticas e ideológicas da militância negra no Partido dos Trabalhadores, e o enfrentamento da questão racial em seu interior, que teve que encarar o dilema entre corrigir ou transformar, diante da concepção de políticas públicas e políticas públicas específicas para a população negra.

De acordo com Silva (2018), a experiência e expectativas de luta política na década de 1970 impulsionaram inúmeros militantes dos movimentos sociais – inclusive do movimento negro -, a se incorporarem nas organizações partidárias. Tais expectativas giravam em torno da possibilidade de disputa dos espaços políticos institucionalizados, com o objetivo de pautar as demandas do movimento através da representatividade negra nesses espaços, que era hegemonicamente branco. Com isso, houve um ingresso significativo de lideranças negras nos partidos políticos, e o Partido dos Trabalhadores se destacou à época, como o aglutinador de maior destaque.

Com o passar dos anos, importantes quadros da militância negra romperam com as organizações político-partidárias de esquerda e seguiram com seu ativismo em outros espaços, sobretudo em uma nova conjuntura que institucionalizou a luta política e os direitos sociais, em meio à ofensiva neoliberal na década de 1990. Dentre os motivos, se destaca a secundarização das pautas raciais, a falta de posições estratégicas e efetivas para a luta antirracista, o

discurso genérico dos setores da esquerda sobre os trabalhadores e as suas condições desiguais, e a atenção sobre a temática, situada apenas no campo da militância negra.

Apesar das contradições que marcaram os governos do PT, a abertura do diálogo e a incorporação das pautas do movimento negro em agenda nacional, trouxeram importantes avanços para a luta antirracista, embora a desigualdade racial, a violência e o genocídio da população negra tenha permanecido e até mesmo aumentado nesse período.

Por outro lado, a luta antirracista também ganhou novos contornos, sobretudo no interior das organizações político – partidárias, dissidentes do PT e de vanguarda revolucionária, que vêm buscando avançar no debate e incorporação das pautas raciais na luta contra o capitalismo. Hoje temos o desafio de identificar essa luta, diante do contexto de barbárie e militarização, que têm demandado ações pontuais, e até mesmo emergenciais diante das situações concretas, e mediante o desafio da unificação das pautas e bandeiras de lutas dos movimentos sociais e organizações partidárias.

4 – CONCLUSÃO

No Brasil, apesar da luta antirracista ter sido protagonizada desde o período de escravização de negras e negros africanos, somente na década de 1970 veio a ganhar visibilidade e densidade classista. Esse período foi marcado, sobretudo, pelo protagonismo da luta sindical e ascensão dos movimentos sociais, que mesmo com diferentes reivindicações, lutaram pela liberdade democrática e consolidação dos direitos humanos.

Apesar do atraso com que a esquerda brasileira incidiu sobre a luta entre raça e classe, essa efetivação marcou o movimento negro organizado na contemporaneidade, e alavancou as pautas e disputas de projetos societários, em especial no campo político partidário, com o adensamento do debate político de raça e classe.

Partimos da compreensão, que a renovação do Serviço Social brasileiro despertou um novo caminho para esta profissão, sob influência do marxismo, que determinou uma direção crítica e politicamente combativa à ordem societária.

Embora o diálogo entre raça e classe seja tenso e ainda esteja em construção, podemos observar que se delineou na mesma conjuntura em que o Serviço Social passou a questionar as suas bases de fundamentação e encarar a intenção de ruptura (NETTO, 2011). Buscou então reorganizar os caminhos teórico-metodológicos e ético-políticos que lhe dá sustentação.

Assim como a construção de um arcabouço teórico- metodológico e ético-político crítico no Serviço Social é recente, ousamos afirmar que passou, e ainda passa, por um significativo amadurecimento teórico-crítico e de táticas e estratégias que foram sendo produzidas nas últimas décadas e expressam importantes legados, apesar de sua complexidade.

Como vimos, o debate de raça e classe é permeado por inúmeras polêmicas e tensionamentos, expressão também da sociabilidade contemporânea, e que se encontra em construção no interior da esquerda brasileira. E é a partir dessa compreensão, em processo de amadurecimento e consolidação, que temos buscado situar o debate no Serviço Social brasileiro, apreendendo também seu momento de renovação e maturação ético – política e teórico – metodológica.

Apesar da invisibilidade, algumas poucas produções que discorrem sobre a questão racial nos anos de 1980 nos mostram que, a efervescência do período foi determinante para a incorporação de assistentes sociais no movimento negro e na luta antirracista, como também o protagonismo de mulheres negras assistentes sociais, engajadas no movimento negro e organizações partidárias de esquerda, foi determinante para a incorporação da luta antirracista no interior da categoria profissional (JANOÁRIO et. al., 2013).

Podemos ainda mencionar algumas ações que a categoria vem traçando nos últimos anos, em torno do debate racial, que marcam um avanço sobre a temática, como os estudos de Rocha (2014) nos mostra. Essas ações demonstram o fortalecimento do debate racial na formação e no trabalho

profissional, e reafirmam nosso compromisso ético político, principalmente com os princípios do código de ética profissional.

A construção de alternativas de combate ao racismo não se restringe a uma atitude isolada, à consciência do indivíduo singular, tampouco é tarefa de uma profissão. Antes, é no campo das lutas sociais que a transformação das relações étnico-raciais pode ocorrer, pois trata-se de um debate coletivo, com o qual o Serviço Social pode e deve contribuir enquanto uma profissão que valoriza o compromisso ético-político com as lutas da classe trabalhadora (EURICO, 2017, pág. 426)

Portanto, o significado sócio-histórico do debate étnico racial para o Serviço Social brasileiro exige as seguintes compressões e tarefas: i) a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos sobre questão racial, e demais opressões, é expressão dos elementos programáticos presentes nos núcleos das Diretrizes Curriculares da ABPESS de 1996, por isso, precisamos garantir nas Unidades de Formação, disciplinas obrigatórias e condições para abertura de grupos de estudos sobre o tema e espaços de formação continuada aos/as docentes e discentes; ii) os princípios do código de ética, apontam para um exercício profissional que combata toda forma de opressão e discriminação, dessa forma, espaços permanentes de formação continuada é essencial para uma atuação profissional antirracista, além de compromisso ético-político; iii) os dois elementos citados contribuem para formação de um perfil profissional que compreende os impactos do racismo na dinâmica das relações sociais de produção e reprodução da vida social, desenvolvendo uma atuação profissional antirracista; iii) a necessidade do debate racial é dado de realidade para o Serviço Social e isso revela o compromisso de diversas/os profissionais na construção de pesquisa sobre a temática, na busca de conhecimento para qualificar a intervenção, o debate da profissão e o combate ao racismo institucional. (EURICO, 2017).

REFERÊNCIA

EURICO, M.C. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, Brasília, v.19, n.41, p. 414- 427, 2017.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

_____. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

IANNI, O. et al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em discussão).

JANOARIO, R. S.; ROCHA, R. F.; DIAS, S. Entrevista com Matilde Ribeiro. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n.1, 2013.

_____. **Entrevista com Magali da Silva Almeida**. **Libertas**, Juiz de Fora, v.13, n.1, 2013.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p.28, ago./out. 1994.

_____. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Amilcar A. **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PINTO, E. A. **O serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros)**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

RIBEIRO, M. As abordagens étnico: raciais no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.79, set. 2004.

ROCHA, R. F. **A incorporação da temática étnico: racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, M. Longos anos 1960 de CNC: a renovação do marxismo e 1968. In. BRAZ, M.; RODRIGUES, M. **Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SANTOS, G. A luta contra o racismo na esquerda brasileira. In: IANNI, O. et.al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em discussão).

SILVA, B. da. Comentários. In: IANNI, O. et.al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em discussão).

SILVA, S.R.V. A Questão Racial, a Tradição Marxista e a Luta Antirracista no Brasil. In: **Universidade e Sociedade**, n. 62, Edição Especial, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, p.30-44, 2018.

SOARES, C. G. Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.11, n. 22, p. 41- 74, 2012.